



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v11.985>

Apartheid: um modelo de (des)ressonância do Ubuntu em Achille Mbembe

Apartheid: a model of ubuntu resonance in Achille Mbembe

Álvaro Veloso F. Bô¹

Resumo

O presente artigo, cujo tema é o *Apartheid: um modelo de (des) ressonância do Ubuntu em Achille Mbembe*, tem como objetivo compreender o sistema que atou com padrões de colonização, assim como as suas várias nuances de operacionalização que estiveram na África do Sul. Ao descrever o regime nas suas várias relações políticas e socioculturais entre os povos pretendemos compará-lo com à abordagem de Hartmut Rosa sobre a alienação. Entende-se o *apartheid* a segregação no contexto de raça que Achille Mbembe discute nas suas pesquisas, enquanto um sistema que usou a noção de raça para apartar negros e brancos, criando uma relação de coisificação entre os seres humanos.

Palavras-chave: Apartheid. Alienação. Ressonância. Ubuntu. Relação.

Abstrat

This article, whose theme is *Apartheid: a model of (dis) resonance of Ubuntu in Achille Mbembe*, aims to understand the system that tied with colonization patterns, as well as its various operational nuances that were in South Africa. In describing the regime in its various political and socio-cultural relations between peoples, we intend to compare it with Hartmut Rosa's approach to alienation. *Apartheid* is understood to be segregation in the context of race that Achille Mbembe discusses in his research, as a system that used the notion of race to separate blacks and whites, creating a relationship of objectification between human beings.

Keywords: Apartheid. Alienation. Resonance. Ubuntu. Relationship.

Introdução

O Apartheid foi o terceiro sistema de servidão que África já teve em geral e particularmente na África do Sul, que iniciou em 1948 e 1994 teve o seu fim com a

¹ Graduado e Mestre em Ensino de Filosofia pela Universidade Pedagógica de Moçambique. Discente Especial no Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: alboju3@gmail.com.

entrega do poder ao Partido do Congresso Nacional Africano (ANC). Nesse período os negros foram escravizados e submetidos a experiência de nadificação e espoliados tudo deles, inclusive a sua própria “alma”, que não lhes pertencia mais. A violência foi a característica chave da relação, que tornou o negro indigente e submisso do regime vigente, e seguido da balcanização dos sul-africanos em tribos, colocando os em territórios áridos e inóspitos (bantustões) para, seguidamente, apoderarem-se das melhores terras (aráveis e com recursos minerais) dos nativos. O Apartheid alienou os indígenas de sua existência quanto ao quadro dos valores tradicionais, tornando-se estranhos de si mesmos, ao fazê-los perder a identidade. Ao proclamarem a desigualdade, o regime mostrou que não pretendia estabelecer uma relação harmoniosa no encontro entre os povos, mas de hostilidade, sem afeto e nem co-produção.

A ressonância é possível na relação entre seres humanos, quando há um segmento de diálogo que se baseia no reconhecimento mútuo e afetivo, em que, no diálogo, cada participante faz ressoar sua voz sem pré-condicionalismo; a ressonância segundo Rosa (2019), abre espaço de co-participação, o que não se observou no apartheid. A capacidade da ressonância de basear-se na experiência de violência e de indiferença é fundamental, visto que ela não deve unicamente ser sinônimo de harmonia; a alienação ajuda na autoconsciência e na reparação dos erros cometidos, para superá-los e sair dessa crise de relacionamento e retomar a ressonância.

Mbembe escreve sobre o apartheid nas suas obras *Formas africanas de auto inscrição* (2001) e *As sociedades contemporâneas sonham com o apartheid* (2014), além disso, em uma entrevista no Jornal Mutamba de Angola, mostra como ficou marcada a consciência coletiva da África pela violência do regime de servidão. Ao implementar a segregação racial, o apartheid trouxe à tona a noção de raça como tentativa de explicar a existência de seres humanos que estavam a “margem” da compreensão racional por meio da ideia de que existem seres “superiores” e “inferiores”. O conceito de raça é pseudocientífico, pois foi inventada para responder algumas vontades desumanas.

Essa compreensão levou o mundo a abordar o negro como objeto, coisa ou mercadoria, uma forma de relacionamento alienante, a qual a humanidade experimentou. Ao ser tratado como objeto, foi lhe retirado a liberdade, pois era uma categoria não objetual, assim como a autonomia, estabelecendo nele normas de

controle, coerções e obrigações apoiadas em ameaças e até em morte. E corroborando com Foucault (2013, p.14) “o corpo, na sua materialidade, na sua carne, seria como o produto de seus próprios fantasmas. Os estigmatizados, cujo corpo torna-se sofrimento”, porque queremos controlar o corpo e manipulamos em função as utopias humanas.

A partir da sua estratégia de colonização, que neste trabalho consideramos como alienação política, o regime tomou a iniciativa de “dividir para reinar”, balcanizando a África em geral e dividindo os sul-africanos em bantustões.

Da alienação da terra seguiu-se a alienação dos seus valores culturais, partindo da língua até as práticas sociais mais elementares, como a limitação de circulação aos espaços que anteriormente lhes pertenciam. É necessário destacar que esses eventos afetaram profundamente o interior do negro sul-africano que passou a viver com um sentimento de lugubridade.

Embora tenham passado por uma experiência de escravidão, de colonização e de vivenciarem o apartheid, a cultura africana e seus povos souberam resistir e preservar as suas raízes culturais comunitaristas, procurando no meio das tribulações fazer ressoar a sua voz, estabelecendo relacionamentos harmoniosos com seus semelhantes e até pessoas estranhas à cultura, mostrando os valores tradicionais africanos.

Mbembe (2014), na sua locução sobre um “mundo em estado de sítio”, afirma que “as sociedades contemporâneas sonham com o apartheid”, assertiva que nos faz levantar a seguinte questão: será que o apartheid foi um regime de desestabilização dos valores ressonantes do ubuntu?

Para a operacionalização desta questão de partida, recorreremos ao método qualitativo com seu enfoque no levantamento bibliográfico e seguido do método hermenêutico.

Como roteiro deste ensaio, partiremos da noção de apartheid para entendermos se ele é um dos modelos de alienação, passando pela alienação política e alienação sociocultural. Após analisarmos as duas alienações, trazemos à discussão a ressonância como um contraponto a alienação; o ubuntu, que é um modelo de ressonância que podemos encontrar no pensamento africano além do ocidental; e finalmente, as considerações finais. Portanto, este ensaio sobre o apartheid está materializado à luz da ressonância de Hartmut Rosa e Achille Mbembe.

1 Apartheid como modelo de alienação

Recorrendo ao conceito de apartheid, que significa *apartar*, separar, ou ainda, segregar raças e etnias, é possível equipará-lo com a noção de alienação, que denota uma forma específica de relacionamento com o mundo, em que o sujeito e o mundo confrontam-se com indiferença ou hostilidade e repulsão, como aconteceu na história da humanidade, concretamente na república sul-africana. É uma relação objetal entre seres humanos e sem conexão interior.

O Humanismo, que foi a “bandeira” do Iluminismo, trouxe a liberdade, a igualdade e a fraternidade como os grandes pilares da Modernidade, os quais foram proclamados na Revolução Francesa (com a declaração dos direitos humanos na constituição de 1791) e passaram a ser instrumentos orientadores da Modernidade e das sociedades democráticas. Com apartheid, o mundo europeu mostrou que a noção de humanismo é vã, em outros termos, é uma palavra que se apresenta como “uma faca de dois gumes”.

No horizonte filosófico do nosso tempo, o termo ‘África’ não significa nada mais senão a maneira como se verbaliza a questão política da dissecação do vivo; a maneira de interrogar politicamente a duração, a segura e as vicissitudes da vida ou, ainda, as formas visíveis, porém opacas e cegas, que a morte acabou por cobrir no comércio contemporâneo entre os vivos. Por detrás da palavra [...] dirigem-se assim a uma certa figura do nosso mundo, do seu corpo e do seu espírito, algumas das mais imundas realidades do presente, o escândalo da Humanidade, o testemunho vivo, inquestionavelmente perturbador, da violência do nosso mundo, e da desigualdade que é o seu principal motor, que impõe ao pensamento do nosso mundo e do devir humano as exigências indubitavelmente mais urgentes e mais radicais, a começar pela da responsabilidade e da justiça. A palavra ‘África’ ocupa o lugar de uma negação fundamental. Esta negação é, no fundo, o resultado do trabalho da raça - a negação da própria ideia do comum, isto é, de uma comunidade humana, contradiz a ideia de uma mesma humanidade, de uma semelhança e proximidade humana essencial. (MBEMBE, 2014, p. 100)

O apartheid, como um modelo de alienação, aparece no autor na ideia de negação da raça (outro) e da África que é contrário ao humanismo. Alguns acontecimentos históricos não menos importantes que antecedem a Revolução Francesa e que contextualizam claramente o apartheid, retomam a invenção do conceito de raça como uma narrativa utópica ou mito sem fundamento por pensadores, como Carlos Lineu (1707-1778), que apresentou a sua taxonomia de grupos de raça (europeia, africana, asiática e americana); mais tarde, o antropólogo Alemão Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), que introduziu na história a

classificação do ser humano em raças branca, preta, vermelha e amarela com suas cores; e na mesma senda da raça, Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), que operacionalizou o racismo na ideia de que a espécie humana divide-se naturalmente em raças e que as mesmas raças satisfazem as categorias biológicas ostensivamente distintas. Com isso, chegamos a ilação de que o racismo é um conjunto de crenças pseudocientíficas que defendem evidências empíricas da superioridade racial sobre outra.

Foi graças ‘à corrida para África’ que se recorreu, pela primeira vez na Idade Moderna, à raça enquanto princípio do corpo político (substituto da nação) e à burocracia como técnica de domínio. Ainda que tenham sido concebidos e desenvolvidos autonomamente, o racismo e a burocracia mostraram-se em África, pela primeira vez, extremamente ligados. Desta estreita relação resultarão inéditas potencialidades de acumulação de poder para espoliar, para produzir e gerar resíduos humanos. Mas a combinação entre raça e burocracia implica também múltiplas potencialidades de destruição, carnificina e administração, que servem, como se viu na África do Sul e no Sudoeste Africano, para fundar comunidades políticas governadas pelo princípio de raça. A raça foi uma tentativa de explicar a existência de seres humanos que ficavam à margem da compreensão dos europeus, e cujas formas e feições de tal forma assustavam e humilhavam os homens brancos, imigrantes ou conquistadores, que eles não desejavam mais pertencer à mesma comum espécie humana. (ARENDRT apud MBEMBE, 2014, p. 103-104)

No nosso entender, entre as várias raças, a mais “desprezível” é a negra. Mbembe também (2014) percebe isso quando compara o negro com uma coisa, um objeto ou uma mercadoria. Portanto, no universo de outras raças, ele é um selvagem que habita com animais ferozes, ele é cruel. Essa imagem foi atribuída a ele como forma de estigmatizá-lo, inferiorizá-lo e que ele deveria ser civilizado.

Na ideia do “medo” associada à noção de que os negros sendo pré-lógicos viviam na selva, os colonos inculcaram na mente deles de que o negro é “perigoso” e poderia pôr em causa o progresso da modernidade e a “soberania” ou a superioridade da raça branca. Daí a colonização/apartheid estar relacionada com o terror, uma metamorfose de genocídio, que Mbembe chama de necropolítica. Nesse contexto, a possibilidade de gerir a vida dos outros e de matar (como aconteceu no massacre de Sharpeville, em 1960), o negro passou a fazer parte na forma de organização administrativa e das relações sociais dentro das colônias, incluindo a sul-africana.

Para estarem livres do medo, os “soberanos” deveriam controlar os outros (negros), e para tal, usando a ideia de que o negro é perigoso, limitaram a liberdade

física, social e até psicológica dos negros. A partir disso, surge a segregação de que o grupo étnico “X” (negros) reside aqui e que o grupo “Z” (branco) deveria controlar o grupo “X” e assim por diante.

A segunda forma de “medo doído” do branco é de ser confundido com a raça aviltada e parecer-se com o seu antigo escravo. Deve, portanto, manter o negro cuidadosamente à distância e afastar-se dele o máximo que puder; trata-se da ideologia do apartheid. O negro pode ter obtido a liberdade formal, mas na prática não pode partilhar nem os direitos, nem os prazeres, nem os trabalhos, nem as dores, nem mesmo o túmulo daquele que é declaradamente seu “igual”. Em lado nenhum o branco pode encontrar-se com ele, nem na vida nem na morte (Cf. MBEMBE, 2014, p. 148).

A colonização/apartheid nos negros representa o ponto culminante desta destruição da liberdade; aqui temos o paradoxo do liberalismo de que, por um lado, o ser humano produziu a liberdade, mas esse próprio gesto implica, por outro lado, estabelecer limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças e até em morte.

Portanto, essa é a razão pela qual as relações entre as duas raças que estamos referenciando no texto podem oscilar: por um lado, entre a degradação dos negros ou a sua escravização pelos brancos e o risco da destruição dos brancos pelos negros; e por outro, que tal antagonismo é inultrapassável até os nossos dias.

O abuso pelos direitos humanos em todos âmbitos, a implementação da ditadura eram os *modus operandi* do regime. É nesse âmbito que começa a se vislumbrar a ideia de violência, que teve a sua manutenção pelo sistema colonial por longo tempo na África. E em reação ao apartheid os indígenas sul africanos resistiram de diversas formas, desde a manifestações pacíficas até violentas. Na perspectiva de Mbembe citando Fanon (Ibid., p. 183), que faz menção a violência não só como um fenômeno do colonizador, ele a entende em tripla dimensão. A violência em tripla dimensão é: “violência a respeito do passado” do colonizado, que é esvaziado de qualquer substância; “violência no comportamento cotidiano” do colonizador a respeito do colonizado; e a “violência e injúrias a respeito do futuro pós o regime colonial apresenta-se como eterno”.

Na realidade, a violência colonial é um encontro de múltiplas redes de violências diversas, frequentes e cumulativamente vividas tanto no nível mental quanto no nível corporal do negro.

Essas formas de existência que a humanidade experienciou num passado recente estão registradas nos anais da História e afetam os comportamentos dos negros até as suas estruturas institucionais contemporâneas, e como consequência disso, temos observado uma re-balkanização do mundo (alienação); como forma de impedir unidade porque “desde sempre, o ‘viver juntos’, a harmonia, constitui o âmago da reflexão filosófica” (NGOENHA, 2018, p.32). Desde o fenômeno de emigrantes no norte da África para a Europa e de sul-americanos para os Estados Unidos da América, tem sido negado a sua entrada nas fronteiras, porque dois fenômenos ainda se mantêm no mundo: cada um quer viver apenas com os seus (apartheid) e o sonho agourento de uma comunidade sem estrangeiros (Cf. MBEMBE, 2014, p. 7).

Por volta de 1952, a África, na maior parte dos seus países, começa a libertar-se do jugo colonial e os africanos abrem uma nova página nos seus vocabulários “rudimentares”, o conceito de liberdade. No entanto, registava-se no mesmo continente um regime de opressão chamado apartheid, que submeteu à alienação os nativos sul-africanos no intervalo entre os anos de 1948 a 1994, e que tinha como objetivo separar por meio da força a população negra, limitando-os de diversas formas como veremos a diante. Com isso, a ressonância, que deveria reinar no encontro entre os dois povos (bôeres e sul-africanos), transformou-se em uma desressonância.

1.1 *Alienação política*

Desde a Antiguidade, o homem teve a noção de vida em sociedade e nela estabelecia regras básicas de convivência como forma de garantir a sua sobrevivência. Aristóteles (2003, p. 218, §5) avançou ao afirmar que “o homem é um animal político” que, obviamente, orienta a si mesmo e aos outros indivíduos pertencentes ao mesmo *oikos* social para a satisfação dos interesses do grupo. Contudo, quando esse homem se vê incapacitado de orientar politicamente a si mesmo e aos demais membros da sociedade conforme seus próprios interesses, consideramos isso como alienação política.

No regime do apartheid, tornou-se possível identificar quase todas as formas de constrangimento com as condições existentes na vigência do regime como uma manifestação de alienação. Não apenas os trabalhadores das fazendas e das minas

eram alienados, como também os jovens (da sociedade) e os eleitores (da política) (Cf. ROSA, 2019, p. 176).

O apartheid, a partir de suas estratégias políticas de dominação em segregar grupos étnicos, criou um modelo de balcanização como forma de enfraquecer os grupos tribais, que teriam mostrado a sua resistência à colonização, para a sua submissão ao poder, porque tinham um sonho e esperança. Bloch (2005, p. 88-100) por sua vez, entende que todo indivíduo resiste porque tem um sonho “quando é sonho diurno, de-olhos-abertos, permite ao homem lançar-se para o futuro, buscando o não existente, mas que poderá existir, dependendo de seu engajamento para que se torne real”. Assim, os Bôeres observando focos de resistência, formou pequenos territórios (*bantustões*)² divididos em várias minorias étnicas, como a *zulu*, *xhosa*, *sotho*, *mfengu* e *batswana*, e, desta forma, poderia ter maior controle sobre a colônia e sobre os povos lá existentes e não o inverso, pois sendo minoria branca versus maioria negra, incorreria ao seu desfavor. Neste âmbito, foram impostas várias leis segregacionistas, como:

- Lei da Proibição de Casamentos Mistos (1949): proíbe o casamento entre brancos e pessoas de outras raças;
- Lei da Imoralidade (1950): proíbe e criminaliza a relação sexual entre brancos e pessoas de outras raças;
- Lei de Registro Populacional (1950): obriga a população a cadastrar-se em um registro nacional, separando-a por raças;
- Lei de Agrupamentos Urbanos (1950): força a separação física entre as raças ao criar áreas residenciais separadas, permitindo a remoção forçada de negros de suas áreas de origem.
- Lei dos Nativos (1952), mais conhecida como a Lei do Passe, obriga os negros a carregar uma caderneta de identificação. Sua não apresentação à polícia, quando solicitada, é crime.
- Lei de Reserva de Benefícios Sociais Separados (1953): garante a segregação em todos os locais e equipamentos públicos para eliminar o contato entre brancos e outras raças e determina a afixação de sinais de “Somente europeus” e “Somente não europeus”;
- Lei de Educação Bantu (1953): cria medidas para reduzir o nível de educação recebida pela população negra, seu objetivo real. De acordo com seu idealizador, Hendrik Verwoerd, é impedir que os negros aspirem a posições às quais não podem ter na sociedade sul-africana.³

Com a imposição de tais leis, as etnias que já tinham sido apartadas, tornando-se assim minoritárias, foram alienando-se sucessivamente. Assim, no

² Bantustões vem da palavra *bantu*, nome de povos africanos que se encontram na zona da região Austral da África, e da palavra *Stão*, uma terminologia de origem persa que significa território. Bantustões: território dos bantus.

³ VEJA. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/historia/apartheid-africa-sul/apartheid-quando-racismo-lei.shtml>, Acesso em: 01 de Junho de 2020.

entender de Rosa (2019, p. 177), “podem definir a alienação como um ponto de referência normativo de tal maneira que qualquer apropriação do novo, inesperado ou outro é considerada inautêntica e, portanto, alienada”. Eram coercivamente retiradas a liberdade de exercício político, limitação da cidadania (direito de não eleger seus representantes), e de livre circulação dos sul-africanos.

“A autonomia, no sentido de autodeterminação, parece para muitos autores uma antítese adequada; tanto na filosofia quanto na sociologia e na psicologia, a alienação é geralmente associada a experiências de impotência ou perda de controle e heteronomia” (ROSA, 2019, p. 177). No dizer do Rosa, as experiências de alienação estão enraizadas na falta de autonomia e controle sobre aquilo que te pertence e tem um significado existencial muito forte.

Desse modo, o apartheid mantinha-se alheio aos sul-africanos, rompendo os quadros tradicionais dos valores (liberdade, fraternidade e igualdade) em plena vigência da Modernidade. Essas situações anômalas faziam-se sentir na África do Sul, em particular, e no mundo na sua generalidade e as consequências eram previsíveis, visto que internamente foram surgindo movimentos de sabotagem ao regime, como também além fronteira surgiram movimentos de repúdio face às formas políticas de colonização levadas a cabo.

Através dos processos de escravidão, colonização e apartheid, o Eu africano se torna alienado de si mesmo. Supõe-se que esta separação resulta em uma perda de familiaridade consigo mesmo, a ponto do sujeito, tendo se tornado um estranho para si mesmo, ser relegado a uma forma inanimada de identidade (objetificação). (MBEMBE, 2001, p. 174)

Ao nosso entender, o apartheid como regime político havia regredido no tempo até o feudalismo, visto que a burguesia, como um sistema subsequente, já tinha instituído o Estado “político” liberal. O regime segregacionista proclamava a desigualdade política, negando todas as formas de liberdades possíveis.

Ao citar Bourdieu, Rosa (2019, p. 178) argumenta que “os sujeitos se sentem à vontade no mundo quando suas próprias estruturas disposicionais se desenvolvem de acordo com as esferas de ação estruturais, institucionais e contextuais nas quais se movem”, de forma livre e proporcional para todos os seres humanos. Os sul-africanos passaram pelos piores momentos da existência como povo, porque estavam desligados das suas instituições autóctones e das instituições ocidentais lá existentes.

1.2 Alienação sociocultural

As sociedades europeias que saíam da tradição cultural burguesa ao Renascimento foram confrontadas pela existência de muitas viagens de exploração que estabeleciam contatos com outras raças, que deram origem a tratados acerca de semelhanças e diferenças entre os homens e seus mundos sociais e culturais.

Nessas viagens, as sociedades europeias aprenderam que as espécies animais, incluindo a humana, passaram por um processo de evolução e que existiam povos “atrasados” e “avançados” em determinada época, e que cumprem um estágio de evolução que vai desde a selvajaria, passando pela barbárie e terminando no estágio de civilização (Cf. MARTINEZ, 1995, p. 56).

Os pensadores como Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829) e Charles Darwin (1809-1882) jogaram um papel fundamental na compreensão e interpretação das informações sobre o homem à sociedade dessa época, que estava na aurora da Modernidade, e passaram a envolver noções de que existem culturas inferiores e outras superiores. Essa forma de subvalorizar outras raças foi difundida em vários contextos de reprodução social dos homens.

Em termos de educação, que era gerida pela administração colonial no período do apartheid, as crianças das comunidades nativas foram apropriando conteúdos escolares alheios à cultura e sociedade de pertença, porque foram, por um lado, produzidos em contextos de dominação como forma de perpetuar o regime, e por outro, perderam suas identidades. Era um modelo de educação esvaziado de significado para a vida dos sul-africanos e que no futuro não responderia as necessidades locais.

Portanto, o modelo de educação foi conscientemente construído para interferir na capacidade dos indivíduos em não agirem por si só, não pensarem para sua autoconstrução e da nação. Logo, os sul-africanos foram alienados de sua identidade ontológica ou essência interior.

Estranhamento ou Alienação é nada mais que, o complexo de relações sociais que, a cada momento histórico, consubstancia os obstáculos socialmente produzidos para o pleno desenvolvimento humano-genérico. As formas historicamente concretas que assumem estes obstáculos variam enormemente; contudo sempre se relacionam ao nódulo mais essencial da reprodução das sociedades. A ontologia possui, portanto, uma clara intenção revolucionária; a sua crítica ao capitalismo é radical nos seus fundamentos e suas perspectivas não é nada menos que o comunismo. (LUKÁCS apud LESSA, 2020, p. 99-100)

O regime do apartheid usou a estratégia ideológica de dominação e controle social das mentes, reproduzindo os modelos educacionais europeus para a África como estratégia de “eliminar” os valores autóctones. Os sul-africanos foram gradualmente tendo um vazio existencial, como resultado da falta de consciência própria, e perderam sua identidade cultural, seus interesses econômicos, ligados ao desenvolvimento humano, e a sua vitalidade.

A consequência da (des)ressonância foi em observar toda a sociedade reificada (reificação – enfatiza o lado intencionalista de um relacionamento problemático com outro e o mundo) e com sua *Seele*-alma dilacerada, tornando-se objeto alheia a si mesma. Perderam contato com as instituições que garantiam a prossecução dos valores sociais lá existentes, porque eram de outros grupos sociais (bôeres) e não instituições dos *zulus*, *sothos*, *xhosas* etc.

Em um estado de alienação, as vozes particulares dessas entidades tendem a se tornar imperceptíveis ou inexpressivas, com sujeito e mundo confrontando-se como rígidos ou mudos. As reivindicações, os apelos, os clamores de sofrimentos dos povos tornam-se insignificantes. Nesse tipo de relação humana de paternalismo, os apelos das “crianças” não merecem atenção, porque o que vale são as ideias do “Pai” e na manutenção do capital.

Eles também perderam a capacidade de se mover emocionalmente em direção ao mundo, às pessoas e às coisas e até ao futuro, para que o próprio tempo pareça congelado, sem que haja "relacionamento" entre passado, presente e futuro. E porque eles também perderam qualquer relação ressonante com seu próprio corpo e sentimentos, até se percebem como sem vida, mortos, vazios e frios. Na medida em que o fio ressonante de alguém se torna rígido e inflexível nos dois lados, o sujeito e o mundo perdem sua cor e som em igual medida. (ROSA, 2019, p. 181)

Essa é uma relação que pode ser observada e medida, entre outras coisas, como vazia, em que os indivíduos sofrem violência e são ostracizados por reivindicarem seus direitos. No caso dos sul-africanos, eles eram reprimidos e postos nas cadeias, e estando lá, alguns experimentavam a depressão. Assim, a repressão, supressão e heteronomia impedem a livre vibração dos indivíduos, impedindo-os de poderem falar com sua própria voz e serem ouvidos, frustrando, dessa forma, o estabelecimento de relacionamentos ressonantes.

2 Ressonância: um contraponto à alienação

Como os seres humanos relacionam-se entre si e com o mundo? ROSA (2019, p. 426) avança com uma hipótese que eles se relacionam de forma caótica. “É uma crise do relacionamento da humanidade com o mundo, das maneiras pelas quais a sociedade moderna se relaciona institucional e culturalmente com o mundo”.

A modernidade tardia foi observando a reificação das relações humanas por um lado, florestas e montanhas, rios e oceanos, de outro lado foram incorporados ao processo acelerado de exploração e circulação de materiais.

A apropriação capitalista da terra foi um fenômeno que se assistiu na América e na África, concretamente na sul-africana, desde o apartheid até então, como afirma Rosa (2019, p. 427) ao citar Klaus Dörre: “É nesse sentido uma apropriação de terras para manter a lógica da escalada”. Ela está na raiz da crise de relacionamento nos movimentos antiapartheid e liga-se com a atual crise ambiental, assim como as crises “nihilistas” ligadas à vários estereótipos e rótulos que os seres humanos se atribuem entre si. Isso podemos denominar de desressonância.

Essa crise moderna tem resultado em protestos extraparlamentares nas ruas e nas praças públicas ao redor de Juanesburgo, Suetho e Durban, que não são organizados segundo linhas divisórias políticas (dos movimentos negros), mas são concebidas pela minoria branca como protestos contra a política de segregação.

A ressonância só é possível em relação a um segmento do mundo que fala com a sua própria voz e isso envolve necessariamente momentos de inacessibilidade e contradição (ROSA, 2019, p. 185). A ressonância implica a existência daquilo que não é assimilável, alheio e até mesmo mudo, somente nessa base um Outro pode ser ouvido e responder sem que essa resposta seja um mero eco ou repetição de si mesmo. A capacidade de ressonância baseia-se na experiência anterior de violência do que é estranho, irritante, inapropriado e, especialmente, do que é impenetrável, iludindo a compreensão e as expectativas de alguém. O encontro com o estrangeiro (bôer) inicia um processo dialógico (sempre parcial) de transformação adaptativa que constitui uma experiência ressonante. A ressonância instrumental (apartheid) é, portanto, uma forma de ressonância ideológica ou, melhor ainda, de simulação de ressonância, por não ser autêntica, cujas pessoas doam-se.

A ressonância nunca pode existir onde tudo é harmonia, nem surge simplesmente da ausência de alienação. “É antes uma onda de esperança de transformação e resposta adaptativas em um mundo silencioso” (ROSA, 2019, p. 188). A ressonância fecunda é, então, a expressão e o efeito de uma luta para transformar adaptativamente o mundo que, talvez, não fosse possível se alguém sempre se sentisse totalmente à vontade nas situações existentes. As experiências de alienação podem dela, portanto, brotar relações ressonantes apenas quando o fundamento existencial da nossa relação com o mundo conhece pelo menos um momento densamente ressonante, tolerando, assim, o que poderíamos chamar de ressonância disposicional.

É necessária uma sensibilidade básica à ressonância para poder encontrar até mesmo aquilo que é completamente estranho. Um exemplo que Mandela deu a princípio, que foi inteiramente incompreensível e irritante para os indígenas, mas que foi uma atitude não reificante, de não rejeição ou hostilidade total, ou seja, com abertura e vontade de permitir que fosse transformada a África de Sul (Cf. ROSA, 2019, p. 191).

A xenofobia, por outro lado, que ainda prevalece no solo sul-africano, é a meu ver o resultado de uma relação predominantemente muda e repulsiva com o mundo, a partir da perspectiva de que o que é estrangeiro parece apenas perigoso e perturbador, mas essa obsessão acaba caindo pela presença forte do controle social em vigiar para que o ubuntu não perca seu vigor.

3 Ubuntu: uma alternativa africana face ao apartheid

A descolonização da África, a qual o apartheid desconsertou, serve-nos de modelo recente e relevante que levou a humanidade maior reconhecimento da pluralidade de culturas no mundo em geral e, particularmente, na África do Sul. A pluralidade de culturas que nos referimos não se alude apenas à variedade racial e étnica, mas a outros grupos de consanguinidade sobrepostos que constituem a sociedade africana e, especificamente, a sul-africana.

Atualmente, a humanidade confronta-se com a pluralidade de culturas e as pessoas recorrem ao fechamento, ao absolutismo e ao relativismo. Quando avaliamos dogmaticamente e de forma arbitrária o outro e a sua cultura, usando critérios nossos, estamos absolutizando-o. Queremos que o outro submeta-se à

nossa cultura “hegemônica” e, dessa forma, estamos colonizando. A tendência à homogeneização forçada das culturas é um perigo a diversidade, e o ubuntu, ao contrário, baseado nos valores tradicionais, transcende as visões reducionistas do outro e das monoculturas.

Ubuntu significa que pessoas são pessoas através de outras pessoas, logo, é um dos modelos que se alinha com a teoria de ressonância, uma observância aos valores humanos. Ubuntu é entendido como humanidade. As tribos *Zulu* e *Sotho* têm um aforismo tradicional africano, “*umuntu ngumuntu ngabantu*” frequentemente traduzida como: “uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas” (RAMOSE apud LOUW, 1999, p. 49). Este adágio articula um respeito e compaixão para com os Outros, ele não apenas delinea o ser humano como estar com os outros, mas também preceitua como devemos nos relacionar com os outros. Dar autonomia ao indivíduo deixando-o ressoar sua voz sem descurar a comunidade, o nós. Nisso, a ressonância de Hartmut Rosa encaixa-se com o ubuntu.

Para Mbembe (2001, p. 173), o ubuntu é um modelo cultural e político de “conferir autoridade [...] ao imaginário coletivo” como uma forma de autoinscrição da história da África. Ele é um sistema que pretende dar ênfase a condição indígena para a promoção da identidade africana.

No relacionamento com outras culturas e raças, o consenso é fundamental. Sem um comum acordo sobre critérios, crenças e práticas do outro, podemos julgar violentamente. O ubuntu ressalta o consenso entre as pessoas, reforçando a solidariedade entre grupos. O consenso exigido no ubuntu é para cada interveniente no diálogo faça ressoar sua voz de forma livre e autônoma.

A psicologia de grupo, embora de base paroquial e restrita, ainda assim finge universalidade. Essa mentalidade, essa psicologia é mais forte na crença do que na razão; na mesmice do que na diferença. A racionalidade discursiva é dominada pela identidade emocional, pela obsessão em se identificar e pelo desejo de se conformar. Concordar é mais importante do que discordar; a conformidade é valorizada mais que a inovação. A tradição é venerada, a continuidade reverenciada, a mudança temida e a diferença evitada. (LOUW, 1999, p. 5)

Ainda que o ubuntu fale dos valores importantes, como respeito, dignidade, solidariedade, compaixão e fraternidade, o desejo de consenso que apregoa tem um lado potencial sombrio quando tradicionalmente exige uma conformidade opressiva e lealdade ao grupo. Na falta de consenso, será duramente atendida por medidas punitivas. A metodologia de construção da nação na África do Sul pós-

apartheid não agencia uniformidade ecumênica ou comunismo opressivo, mas sim exige um relacionamento, um verdadeiro ubuntu que aprecia igualdade nas diferenças e um respeito autêntico pelos direitos humanos, individuais e minoritários. Diz Louw citando Wiredu (1999, p.7), “a democracia do Ubuntu permite que os acordos discordem”. Embora o ubuntu constitua uma personalidade ideal por outros indivíduos, ele aprecia a dialética, o fato de que as pessoas são chamadas para darem seus pontos de vista concordando ou discordando no assunto em causa. O ubuntu é um modelo de ressonância apropriada ao conflito intercultural, especificamente na medida em que diferenças culturais não seja um fator de desressonância.

Para os africanos em geral e, particularmente, os sul-africanos pós-apartheid de todas as cores, credos e culturas, o ubuntu sugere que se almejamos ser humanos, precisamos reconhecer a genuína alteridade de nossos concidadãos de diversas culturas, ou seja, precisamos reconhecer a diversidade de idiomas, histórias, valores e costumes, todos os quais constituem a sociedade africana. O respeito que o Ubuntu orienta pela particularidade do outro está intimamente ligado ao respeito pela individualidade, como acima referenciado.

A individualidade que o Ubuntu respeita, não é de fabricação cartesiana. Pelo contrário, o Ubuntu contradiz diretamente a concepção cartesiana de individualidade em termos dos quais o indivíduo ou eu pode ser concebido sem, assim, necessariamente conceber o outro. O indivíduo cartesiano existe antes, ou separadamente e independentemente do resto da comunidade ou sociedade. (LOUW, 2019, p. 9)

De acordo com essa definição, os indivíduos existem apenas em seus relacionamentos ressonantes com os outros e no momento que esses relacionamentos mudam, o mesmo ocorre com os caracteres dos indivíduos, o seu Eu vai mudando, ganhando nova identidade.

O ubuntu une o Eu e o Mundo em uma rede peculiar de relações recíprocas, na qual o sujeito e o objeto tornam-se indistinguíveis e o “eu penso, logo existo” é substituído por “eu participo, logo existo” (LOUW, 1999, p. 10). A palavra *shosholoz* e *Stokvels* mostra aquilo que ubuntu tem como princípios semelhantes com eixo horizontal de ressonância; a preferência africana por cooperação é forte, *shosholoz* - significa trabalho em grupo. E a segunda palavra designa empresas de associativismo, conjuntas ou coletivas, micro empresas; o seu funcionamento é semelhante a um sistema familiar. Todos os envolvidos na empresa devem ser considerados irmãos e irmãs, como membros da mesma família.

O ubuntu como um modelo de resgatar humanismo é uma realidade, mas claramente também uma tarefa na sua manutenção por causa de existência de focos de violência na África do sul. O ubuntu é parte integrante da herança cultural da África, mas obviamente precisa ser revitalizado em nossos corações e instituições que serviam no passado a violência estrutural.

Seria etnocêntrico e, de fato, tolo sugerir que a ética do ubuntu de cuidar e compartilhar é exclusivamente africana. Afinal, os valores que o ubuntu procura promover também podem ser encontrados em várias filosofias eurásianas.

Considerações finais

A alienação é superada quando os sujeitos, no curso de uma determinada interação, são tocados ou afetados pelo Outro ou outros e vice-versa. Na alienação, as entidades envolvidas não se reforçam, mas enfraquecem-se. Já a ressonância é entendida como uma relação recíproca e autorreforçada entre dois corpos ou entidades, que chegaram ao reconhecimento de uma mútua transformação.

Na ressonância não pode existir luta, em que um empreende com vista a ser reconhecido, a exemplo do apartheid. A ressonância privilegia o diálogo para superar as diferenças e não a violência. “Dessa forma, a teoria da ressonância oferece a máxima precisão na análise de como os seres humanos se relacionam com o mundo que permanece o mais culturalmente possível” (ROSA, 2019, p. 183).

O eu e o mundo podem mudar continuamente e, no entanto, permanecer em ressonância. Além disso, é precisamente através de experiências de alienação ou do silêncio que relacionamentos ressonantes entre o eu e o mundo são reforçados mutuamente e adaptáveis. Existem relacionamentos responsivos não entre entidades que são idênticas, mas entre entidades diferentes que, contudo, respondem uma à outra.

Ao considerarmos a autonomia como critério principal de uma vida bem-sucedida e não alienada, perdemos de vista o fato de que na ressonância o indivíduo é independente e auto rege-se, podendo levar o homem ao extremo de uma percepção, porque independência pode ser entendida como individualismo. A relação contribui na construção da nossa identidade e ser enquanto finitos e dependentes. A ressonância vista nesse âmbito de independência (autônomo e autossustentado) pode desaparecer e dar lugar à alienação.

Quando, nas situações modernas de mudança da África do Sul, é feito um apelo ao ubuntu, isso significa, em primeiro lugar, uma invocação da humanidade próxima de todos os envolvidos na conjuntura concreta em questão, porque com a independência do país, os nativos poderiam escolher viver “livre” do outro (o branco), mas optaram pelo ubuntu. No entender de Binsbergen (1999, p. 19), ubuntu é uma maneira de dizer: “temos tantas coisas que nos dividem em termos de classe, riqueza, aparência somática, estilo cultural, idioma, etnia, lealdade política; todas essas identidades se referem a experiências passadas”. No entanto, ao enfatizar nossa humanidade comum e compartilhada, esperamos definir um terreno comum que possa nos ajudar a encontrar uma saída do impasse em que nossa diferença histórica nos levou a terminar.

Ubuntu como modelo de ressonância pode ser um perigo teórico em transformar-se numa “chupeta” social, pensando que há um bem-estar na África do Sul. Em situações em que o conflito é real e não deve ser obscurecido, sufocando-o sob um cobertor da humanidade mutuamente reconhecida das partes envolvidas, o país está numa tensão latente com o problema da escalada da terra. No entanto, uma verdadeira ressonância permite uma tensão para trazer à tona as diferenças e poder dialogar para melhorar o bem-estar.

Referências

BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. Vol. I, Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto;UERJ, 2005.

CONSTITUCIONALISMO TRANSFORMADOR E O UBUNTU SUL-AFRICANO. Disponível em: <https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/334-1432-1-pb.pdf>. Acesso em: 31 de Março de 2020.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

LESSA, Sérgio. Lukács e a ontologia: uma introdução. *Revistaoutubro*, edição 5, artigo 6, Fevereiro de 2001, Brasil. Disponível em: <https://www.Outubrorevista.com.br>. Acesso em: 19 junho 2020.

LOUW, Dirk J. *Ubuntu e os Desafios do Multiculturalismo na África do Sul Pós-Apartheid*. Quest na African Journal of Philosophy, v. XIII, 1999.

MARTÍNEZ, Francisco Lerma. *Antropologia cultural: guia para o estudo*. 2ª ed. Matola: Seminário Maior de Sto. Agostinho, 1995.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de autoinscrição. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Chicago, ano 23, n. 1, p. 171-209, 2001.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 1ª ed. Portugal: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. O mundo em estado de sítio: as sociedades contemporâneas sonham com o apartheid. [Entrevista concedida a] Séverine Kodjo-Grandvaux. *Jornal Mutamba*, Angola, s.v., 17 jan. 2014. p. 6-7.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: filosofia pagã antiga*, v. I. São Paulo: Paulus, 2003.

ROSA, Hartmut. *Resonance a Sociology o four Relationship to the world*. Londres, Polity, Cambridge CB2 IUR, UK, 2019.

NGOENHA, Severino Elias. *Resistir a Abadon*. Maputo: Paulinas, 2018.

Recebido em: 19/08/2020.
Aprovado em: 23/09/2020.
Publicado em: 03/11/2020.